IGREJA POSITIVISTA VIRTUAL

PELA FRATERNIDADE AMERICANA, CONTRA A INVASÃO ESTADUNIDENSE À VENEZUELA

Para terminar a revolução ocidental, cumpre constituir irrevogavelmente a divisão fundamental dos dois poderes, prematuramente esboçada na Idade Média mediante uma doutrina insuficiente. O principio revolucionário consiste sobretudo na absorção do poder espiritual pelas forças temporais, que não reconhecem outra autoridade teórica senão a razão individual, pelo menos quanto às questões mais importantes e mais difíceis. Todos os partidos atuais merecem assim ser igualmente qualificados de anárquicos e de retrógrados, pois que eles concordam em pedir às leis as soluções reservadas aos costumes. Esta perturbação tem-se tornado por tal forma universal e profunda que os melhores amigos da liberdade não hesitam nunca em recorrer aos meios materiais para fazer prevalecer suas opiniões quaisquer (Augusto Comte, *Apelo aos conservadores*, p. XXVIII).

☙ ❧ ☙

Sem comportar tanta intensidade como sob o regime preliminar, o patriotismo deve entretanto continuar indispensável ao desenvolvimento final do instinto social, único que pode preservar ao mesmo tempo da restrição doméstica e da divagação filantrópica. A existência normal permite, e mesmo exige, semelhante interposição, transformando a luta dos povos que aspiram a constituir o Grão-Ser em emulação das cidades que concorrem para o servir (Augusto Comte, *Apelo aos conservadores*, p. 80).

☙ ❧ ☙

Um sofisma característico, que continha em germe todas as aberrações ulteriores, conduziu a metafísica revolucionária, no seu mais eloqüente órgão [Rousseau], a condenar radicalmente toda sociedade, fazendo prevalecer a quimérica concepção de um prévio estado de natureza, que um pretendido contrato originário havia feito degenerar cada vez mais em existência social. Essa perigosa hipótese fornecia então o único meio de imprimir bastante energia, quer ativa, quer mesmo especulativa, para desprender a vanguarda da humanidade dos laços opressivos de uma organização caduca, a fim de arrastá-la para uma regeneração total. Todavia, tais concepções constatavam espontaneamente a impotência radical do espírito metafísico para apossar-se convenientemente do domínio social, sempre antipático ao seu caráter essencialmente individual. A sua

> *tendência crítica teve por tempo demasiado longo, e ainda conserva, uma verdadeira utilidade política, aplicando-se ao antigo regime. Mas desde que essa aplicação acha-se assaz completa para haver manifestado a necessidade de um sistema novo, esse espírito negativo, doravante privado da sua principal destinação, é arrastado, pela sua natureza absoluta, a uma atividade moral cada vez mais desastrosa, cegamente voltada contra as bases elementares da sociabilidade humana, de maneira a constituir um obstáculo direto à regeneração final, opondo-se a todo e qualquer verdadeiro regime. O inevitável transbordamento das utopias anárquicas, limitadas a princípio à ordem política propriamente dita, estende-se agora até o tríplice fundamento universal da existência social, a saber, a propriedade, a família e o casamento.*
>
> *Procura-se em vão conter essas devastações metafísicas empenhando-se em reanimar o espírito religioso [teológico], cuja tendência, finalmente retrógrada, foi só o que acreditou tal abuso do raciocínio. Esses esforços empíricos só conseguem realmente perpetuar e agravar o mal inspirando à razão moderna inquietações próprias para manter o ofício transitório do espírito crítico, que, sem isso, ficaria entregue à sua inoportunidade atual, por falto de qualquer importante aplicação. A inaptidão evidente das crenças teológicas para conservar o seu antigo império intelectual demonstra assaz a sua impotência radical para proteger realmente as noções sociais deixadas sob o seu perigoso patrocínio. É certo, ao contrário, que tal solidariedade compromete hoje cada vez mais todas as sãs máximas morais como todos os verdadeiros princípios políticos, fazendo recair sobre eles o descrédito crescente de uma ordem de idéias que se tornou há muito incompatível com o nosso surto mental. Todas as noções elementares sobre o casamento e a família são por tal modo conformes às tendências espontâneas das populações modernas que elas não têm, a dizer a verdade, para as inteligências atuais, outro defeito essencial senão a forma religiosa [teológica] ainda inerente à sua concepção dogmática. É pois exclusivamente ao espírito positivo que está hoje reservada a criteriosa consolidação dessas máximas fundamentais, que só ele pode desprender dos sofismas metafísicos. O abuso do raciocínio não pode ser contido por uma filosofia hostil ao surto final da razão humana, porém unicamente por aquela que o desenvolve regularizando-o, e que, a este título, pode só doravante superar inevitáveis discussões* (Augusto Comte, "Carta filosófica sobre o casamento. Composta para Madame Clotilde de Vaux, a seu pedido, pelo autor do *Sistema de filosofia positiva* [11 de janeiro de 1846]", *in*: Raimundo Teixeira Mendes, *O ano sem par*, Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1900; p. 625-626).

1. Introdução. 2. Criticar a invasão externa não é defender o autoritarismo interno. 3. O caráter de Donald Trump: vaidade caprichosa e agressiva. 4. Os aspectos político-sociológicos da invasão. 5. O duplo movimento moderno instituindo a anarquia sociológica. 6. Um país marcado pela anarquia sociológica. 7. O absolutismo teológico-metafísico é incapaz de controlar e superar a anarquia internacional. 8. As soluções para esses problemas.

1. Introdução

No amanhecer do dia 3 de Moisés de 172 (3 de janeiro de 2026) o mundo foi surpreendido pela chocante notícia da invasão da Venezuela pelos Estados Unidos.

O motivo alegado para essa invasão foi o combate ao narcoterrorismo, supostamente mantido e estimulado não apenas pelo Estado venezuelano, mas em particular pelo tirânico governante desse país, Nicolás Maduro. Com um espantoso planejamento, que resultou em bombardeamentos de distração, reproduções em escala real da residência oficial de Maduro e mesmo agentes estrangeiros infiltrados nessa residência, em poucas horas o governante foi rendido e levado à força para os Estados Unidos, ou seja, foi seqüestrado por um outro país para submeter-se a um sistema judicial incompetente para julgá-lo, por crimes que claramente ele não cometeu e que os próprios Estados Unidos alguns dias depois assumiram ser falso. À medida que o tempo passa – e, lamentavelmente, isso se mede em dias, tal a rapidez com que os acontecimentos sucedem-se –, novos e igualmente chocantes acontecimentos revelam-se, como a confirmação de que o governo dos Estados Unidos sabia com antecedência que era falsa a acusação de narcoterrorismo contra Maduro, ou que o objetivo fundamental da invasão foi controlar o petróleo venezuelano, ou que a Venezuela controlada pelos Estados Unidos somente poderá adquirir produtos estadunidenses com os lucros auferidos com o comércio de petróleo. Embora os aspectos fundamentais já estejam claros e delimitados, a rapidez com que esses acontecimentos sucedem-se, ao acrescentar novos elementos concretos, resulta em que podemos, e devemos, refletir com calma a fim de apreciarmos o conjunto da situação[1].

Deixando os detalhes concretos para jornalistas e "analistas", o que acima de tudo é urgente realizar é a sua apreciação à luz dos supremos interesses da Humanidade – ou seja, do altruísmo, do relativismo, da paz e da atividade construtiva. Cumprindo seu papel de conselheira e membro do poder espiritual, são esses os objetivos deste documento da Igreja Positivista Virtual.

2. Criticar a invasão externa não é defender o autoritarismo interno

Antes de seguirmos adiante, a fim de evitar equívocos daninhos e desnecessários, devemos indicar que as críticas que necessariamente faremos aos Estados Unidos, bem como a correlata defesa da Venezuela, não equivalem, de maneira nenhuma, à defesa do governo de Nicolás Maduro em particular ou à defesa do regime político chavista em geral. Como se documenta há muitos anos, Maduro era um governante autoritário e intolerante, que perseguia ativamente qualquer opositor, censurava as crítica e prendia arbitrariamente seus adversários; ao mesmo tempo, manteve-se no poder em um regime militarista e estimulando a corrupção. Em outras palavras, no que se refere à figura política de Maduro, pouco temos a lamentar a seu respeito. Como veremos, outro tanto deve ser dito a respeito da invasão imperialista de um país por outro e do seqüestro de um governante por agentes de força de outro país.

[1] No Positivismo usamos o verbo "apreciar" no sentido de avaliar intelectualmente a partir de parâmetros morais, sob o influxo direto do altruísmo. Dessa forma, ao "apreciarmos" algo, o que fazemos – na verdade, o que todos os seres humanos fazem, quer queiram, quer não queiram, quer saibam, quer não saibam – é mobilizar a inteligência a partir de considerações afetivo-morais; isso não equivale necessariamente a "gostar" desse algo que é "apreciado".

O relativismo rejeita o maniqueísmo; além disso, deve-se ter em mente que a autodeterminação dos povos é um princípio fundamental da política moderna, consagrado paulatinamente desde o século XVII mas tendo sua origem na Idade Média. A fraternidade universal e o primado da paz prescrevem e exigem que cada povo seja respeitado em suas decisões internas e que, inversamente, os demais povos abstenham-se de interferir *diretamente* nos assuntos internos uns dos outros; em outras palavras, enquanto são lícitas as cobranças, admoestações, pressões políticas e, no limite, também sanções econômicas, invasões e guerras de conquista são inaceitáveis. São esses alguns dos parâmetros fundamentais que nos movem e a partir dos quais apreciaremos a situação.

3. O caráter de Donald Trump: vaidade caprichosa e agressiva

Embora a boa regra intelectual prescreva passarmos sempre do geral para o particular, do abstrato para o concreto e, assim, da caracterização sociológica para o exame das condutas individuais, há um traço por demais saliente em todos esses acontecimentos que exige ser desde já mencionado e que, por si só, a despeito de suas particularidades, condensa problemas mais amplos. Esse traço é o papel desempenhado pela vontade arbitrária, caprichosa e indiscutível – em outras palavras, *absoluta* – do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Embora as metafísicas juridicista, liberal e parlamentarista difundam o mito de que o bom governante é um autômato que segue cegamente as determinações das leis, todo governante, na medida em que é de fato um governante, precisa, necessariamente, ter uma ampla margem de manobra, ou seja, ampla margem de decisão autônoma. Os perigos de que essa autonomia decisória degrade-se em despotismo arbitrário são conhecidos por todos, mas, ainda assim, não negam e não podem impedir que a autonomia exista e seja praticada. A solução para coibir e remediar os abusos e desvios consiste na combinação de, antes de mais nada, uma sociedade civil forte, articulada e atuante (o que exige, do ponto de vista institucional, as liberdades de pensamento, expressão e associação); em seguida, instituições de controle e vigilância; além disso, delimitações legais de âmbitos e necessidade de confirmação de determinadas decisões. Tudo isso se baseia, além disso, no amplo consenso social e, daí, na adesão individual e coletiva a essas regras; em linhas gerais, esse conjunto corresponde ao republicanismo projetado no século XVIII pelos "Pais Fundadores", corroído, para o bem e para o mal, pelo democratismo aplicado nos 250 anos seguintes.

Ora, Donald Trump consegue a façanha de reunir em si atributos positivos e negativos totalmente contrários aos valores e regras indicados acima. Do ponto de vista positivo, ele age motivado por uma intensa vaidade, que só se satisfaz na realização do papel de líder autoritário, voluntarista e caprichoso, que supostamente manda e é obedecido incontinenti e sem discussões. Do ponto de vista negativo, ele despreza todos os valores e práticas da moderação, do multilateralismo, do diálogo, do respeito mútuo, além do respeito aos hábitos compartilhados. Essas características em outras épocas seriam desprezadas como as aberrações histriônicas que são; mas a corrosão do republicanismo, a infantilização midiática da política e a violenta polarização política, social e moral conferem legitimidade a Donald Trump, a seu estilo de governar e às suas ações.

Não podemos deixar de citar dois traços adicionais do estilo de Trump. Por um lado, o seu entorno obedece a ele de maneira servil; por outro lado, esse governante evidencia o desejo de emular outros líderes caprichosos e autoritários (em particular o russo Vladimir Putin e o israelense Benjamin Netanyahu).

No que se refere ao primeiro aspecto, é claro que toda equipe governativa tem que aderir ao governante, seja porque foi escolhida pelo governante, seja porque o governante depende dela para governar, seja porque a sorte política dessa equipe vincula-se ao governante. No caso de Trump, o respeito e a fidelidade mudaram de caráter e assumiram o aspecto de obrigação (aceita alegremente) de adesão inquestionável e fidelidade total: a capacidade de apreciar com autonomia idéias, concepções, valores e medidas práticas é rejeitada em favor da assunção de que o "líder" é sempre certo e inquestionável. A responsabilização social, política e moral é combatida ativamente, tornou-se objeto de perseguição ampla na sociedade e é alvo de perseguições e revanches raivosas da parte de Trump e de seu entorno.

Esses problemas decorrem largamente da corrosão do republicanismo pelos traços mais nefastos do democratismo, como o desprezo pelas elites e o culto metafísico à vontade popular, a que se associa também um traço aristocrático e antipopular das elites. Além disso, em parte como decorrência da corrosão do republicanismo, em parte como resultante da divisão entre elites e povo nos Estados Unidos, em parte devido ao desenvolvimento da política identitária – desenvolvimento que ocorre sobretudo nos EUA, como decorrência dos vícios morais, intelectuais e sociais desse país –, a sociedade estadunidense vê-se deflagrada há cerca de duas décadas com crescentes intensidade e raiva. A chamada política identitária em particular – não por acaso, a quintessência da metafísica política –, com seu característico foco nos particularismos, no isolacionismo social, nas divisões e nos ódios mútuos entre diferentes grupos, ao mesmo tempo estimula as piores tendências morais e políticas e legitima o comportamento arbitrário e violento de Trump (ele mesmo adepto do identitarismo, embora em favor dos reacionários e dos "nativistas"). Por fim, as chamadas "redes sociais" desenvolveram sensibilidades, idéias e valores que estimulam a infantilização moral e política, a radicalização partidária e a já indicada corrosão do republicanismo; Trump e seu entorno são herdeiros diretos e promotores ativos dessa degradante cultura política vinculada às "redes sociais".

No que se refere ao segundo aspecto, Trump estendeu para o âmbito internacional e ampliou o seu estilo de negociação, que consiste em ser muito agressivo, desrespeitar a vontade dos demais, forçar ao máximo sua vontade e insistir até obter o que deseja; na política internacional, o aspecto da "negociação" foi substituído pela imposição pura e simples da vontade do governante, que é confundida com os interesses nacionais. Esses procedimentos agressivos vão em linha com o desprezo pelo multilateralismo e a afirmação de um isolacionismo igualmente agressivo, no qual o que importa é a imposição da vontade imperial. Ora, essas características alinham-se perfeitamente ao comportamento de muitos líderes contemporâneos, que compartilham com Trump (ou melhor, com quem ele compartilha) o autoritarismo, o desprezo pelo multilateralismo, a violência imperial. Diferentes governantes, em diferentes países, correspondem a diferentes situações; de qualquer maneira, não por acaso eles têm em comum a difusão insuficiente e a aplicação com freqüência inadequada (quando não

hipócrita) dos valores do multilateralismo, da paz, da fraternidade universal, da autodeterminação dos povos, da tolerância[2]. Esses governantes oferecem um exemplo, um contexto internacional e mesmo um desafio à vaidade de Trump, que se vê confirmado e fortalecido em seu imperialismo.

4. Os aspectos político-sociológicos da invasão

De uma perspectiva concreta, a ação dos Estados Unidos corresponde à retomada prática dos preconceitos militaristas, teológicos e raciais dos EUA contra a América Latina. A conjugação do messianismo característico da colonização desse país com o desprezo protestante e metafísico contra o catolicismo e mais o racismo anglossaxão contra os povos latinos e neolatinos, tudo isso resultou em um agressivo imperialismo (colonialista ou não) pelo menos desde o século XIX, na forma da anexação do México, depois na guerra contra a Espanha e no agressivo intervencionismo em toda a América Central e o Caribe[3]. Esse padrão de comportamento modificou-se com a aproximação da II Guerra Mundial, em que os Estados Unidos viram-se forçados a adotar a Política da Boa Vizinhança e, em particular, a buscar ativamente o apoio do Brasil na logística do esforço de guerra.

Todavia, é importante notar que, em todas as inúmeras agressões militaristas dos EUA contra a América Latina, com a exceção do estímulo à secessão do Panamá em relação à Colômbia no final do século XIX, com o objetivo de construir o Canal do Panamá, nunca se tinha ultrapassado o limite entre Panamá e Colômbia, ou seja, sempre se respeitou a divisão entre a América Central e a América do Sul: a presente invasão rompeu com esse parâmetro.

Além disso, a arquitetura internacional constituída após a II Guerra Mundial, com todas as suas deficiências e limitações, foi ativamente patrocinada e mantida pelos Estados Unidos, que em diversos momentos viu-se obrigado a pagar altos custos por seu compromisso (como no caso da Guerra do Vietnã). Essa arquitetura internacional, apesar de baseada na metafísica liberal, baseava-se em uma série de concepções e valores universalistas e universalizantes: o respeito à autodeterminação dos povos, o multilateralismo, o repúdio às guerras de conquistas, o primado das soluções negociadas e intermediadas. A ninguém escapam as inúmeras e graves limitações de tal moldura; entretanto, ainda assim, ele ofereceu um esquema que permitiu uma relativa paz, o crescimento da economia internacional e fóruns crescentemente abrangentes para a manifestação segura dos diversos países do mundo, tudo isso a partir de regras estabelecidas de maneira pública, negociada e com ampla legitimidade.

[2] Putin, por exemplo, apoiado pela doutrina teológico-metafísica do tradicionalismo de A. Dugin, retomou desde o início dos anos 2000 o imperialismo russo-soviético, demonstrando o mais completo desprezo pela autodeterminação dos povos que compunham a União Soviética e também pelo pacifismo, pela fraternidade universal e pelas liberdades de expressão e associação. Netanyahu, por seu turno, nutre o mais completo desprezo pelos palestinos e é apoiado pela intolerância fanática de judeus ultraortodoxos, que apóiam ativamente todos os esforços para pacificar a Palestina (claro, sem embargo do racismo e do fanatismo teológico de grupos palestinos apoiados pelo Irã, como Hamas e Hesbolá).

[3] Sem ser novidade para ninguém, esses traços já eram indicados e avaliados pelo positivista mexicano Agustín Aragón, no livro *España y Estados Unidos de Norte América a propósito de la guerra* (Ciudad de México, E. Sánchez, 1898).

Nesse sentido, aliás, embora sem dúvida nenhuma o imperialismo estadunidense sobre a América Latina estimule a mais viva desconfiança contra os Estados Unidos da parte dos latino-americanos, a que se associa o desprezo comunista contra a potência capitalista, é uma brutal falta de relativismo, quando não de simples bom senso, negar aos Estados Unidos o papel fundamental na proposição e na manutenção dessa ordem internacional, bem como o valor positivo dessa ordem: todas as violações que tal ordem sofreu e os caprichosos e ativos esforços do atual governo estadunidense evidenciam o quanto é deletéria para o mundo (e para os próprios Estados Unidos) a destruição dessa ordem internacional. Insistamos: essa ordem, devido às suas características, gozava de amplo consenso internacional e, justamente, reclama-se atualmente que seja mantida, ou melhor, restaurada.

Não podemos deixar de notar que a sabotagem estadunidense da ordem internacional criada pelos próprios Estados Unidos após 1945 começou no curso da "Guerra contra o terror", com George W. Bush, que ampliou a correta reação contra os atentados de 11 de setembro de 2001 para as desastrosas "guerras preventivas"; ou melhor, enquanto George W. Bush sabotou essa ordem internacional, Donald Trump esmera-se em francamente a destruir. Aliás, a "Guerra contra o Terror" e suas "guerras preventivas" são lembradas também devido ao desastre político, social e militar que deram origem no Iraque, a partir de 2003: usando a desculpa de que Saddam Hussein manteria um programa secreto de armas de destruição em massa (em particular, armas nucleares, "sujas" ou não), os Estados Unidos invadiram um país que não o tinham previamente invadido, deram caça ao seu governante, destruíram toda a infraestrutura econômica, social e política. Em tal cenário, os Estados Unidos afirmaram durante mais de dez anos que "promoveriam a democracia" no Iraque, embora tenham-se afundado em uma guerra que não conseguiram (e não conseguiriam) vencer. Se isso não fosse pouco, a Guerra contra o Terror no Iraque estimulou ativamente a criação do Estado Islâmico, um grupo jihadista tão agressivo que a muitos dava a impressão de que o Talibã seria moderado; isso, por sua vez, foi foco de atração, radicalização e militarização de centenas de jovens (estadunidenses ou não), que se viam desnorteados mas encontravam na guerra, e na crítica à guerra, uma orientação na vida; da mesma forma, tudo isso se ampliou e gerou instabilidade política e social em todo o Oriente Médio, resultando em mais violência e até guerras civis (como na Síria). Em outras palavras, o legado da "invasão democrática" de 2003 foi violência, morte e instabilidade crescente: um terrível precedente que deve assombrar todos os sul-americanos.

Apesar do agressivo voluntarismo caprichoso de Donald Trump, que é apoiado por seu entorno, o precedente da invasão ao Iraque é um fantasma que assombra o entorno trumpista. É claro que a única forma de evitar uma repetição do desastre iraquiano seria não ter invadido a Venezuela; mas, considerando que decidiram realizar essa invasão, o entorno trumpista decidiu manter a atual estrutura governativa venezuelana como uma forma de evitar o colapso político-social. Vale notar que esse colapso teria um alto custo militar, político e econômico para os Estados Unidos e impediria o controle da indústria petrolífera da Venezuela, que é o verdadeiro objetivo da invasão, cinicamente afirmado por Donald Trump – além de desmoralizar os Estados Unidos e o próprio Trump como potências militares críveis.

5. O duplo movimento moderno instituindo a anarquia sociológica

O que foi dito acima consistiu em uma rápida recapitulação dos eventos, sejam recentes, sejam um pouco mais antigos. Nesse recapitulação procuramos evidenciar a avaliação positiva desses acontecimentos – lembrando que, no âmbito do Positivismo, exceto indicação expressa, "positivo" não corresponde a "presente" (em oposição a ausente) ou meramente a "válido" (em oposição a "inválido" ou "negativo"): conforme Augusto Comte indicou no *Apelo aos conservadores* (1898, p. 25), "positivo" corresponde a real, útil, certo, preciso, relativo, orgânico e altruísta; além disso, há a prevalência e/ou a afirmação da perspectiva subjetiva humana, da perspectiva filosófica, da visão de conjunto, da perspectiva histórica, da continuidade humana, da fraternidade universal.

A partir desses parâmetros, os acontecimentos recentes no mundo, no Ocidente e, em particular, nos Estados Unidos, resultando na invasão sobre a Venezuela, devem ser entendidos como uma combinação entre uma violenta e grosseira retrogradação e um lamentável desenvolvimento. Antes de seguirmos adiante, é importante notar que tanto a retrogradação quanto esse desenvolvimento, embora sejam extremes, com freqüência originários e mais evidentes nos Estados Unidos, são em larga medida comuns a todo o Ocidente e mesmo ao mundo; isso conduz a que a solução para esses problemas deve ser encarada necessariamente sob uma perspectiva geral.

Em termos abstratos, o problema fundamental consiste na crescente anarquia do mundo atual. Não se confundindo com o "caos" nem com os movimentos político-filosóficos metafísicos (auto)denominados de "anarquistas", em termos da sociologia positiva a anarquia consiste na ausência de parâmetros compartilhados no que se refere a sentimentos, concepções e práticas; mais do que isso, na verdade: ela também consiste na ausência de parâmetros legítimos para a regulação social. A concepção positiva de anarquia afasta-se portanto da concepção liberal que se limita aos aspectos políticos da sociedade e que, radicalizando a anarquia, considera que é bom que as sociedades caracterizem-se pela ausência de parâmetros, sob o enganador nome de "pluralismo"[4]: assim como as pesquisas de cultura política desde os anos 1960 redescobriram à farta as concepções positivistas e como a fratricida polarização atual da sociedade estadunidense comprova igualmente à farta, a anarquia apenas gera problemas, dificuldades e conflitos.

A anarquia é uma característica de sociedades em transição, em que os antigos sistemas de apreciação e legitimação perdem validade e aos poucos são substituídos por outros sistemas. No caso do Ocidente, essa transição é uma das mais amplas, mais longas e mais profundas, em que os parâmetros teológicos são substituídos pelos parâmetros positivos, ou seja, as ficções teológicas, a guerra de conquista, as estreiteza de sentimentos sociais, as concepções indiscutíveis, a violência como instrumento regular são substituídas pelas concepções demonstráveis, humanas e relativas, pela

[4] Essas concepções são exemplarmente apresentadas por um dos grandes nomes do liberalismo estadunidense, John Rawls, que, em nome do "pluralismo", rejeita "concepções filosóficas abrangentes": ou seja, para ele, os arranjos políticos devem ser só políticos e deixar de lado considerações mais amplas e mais profundas. Em outras palavras, é a consagração liberal simultânea de soluções políticas superficiais e da anarquia sociológica profunda.

atividade pacífica, convergente, fraterna e produtiva, pela tolerância e pelo respeito mútuo.

Esse é o chamado "duplo movimento moderno", que conjuga a destruição do antigo regime com a constituição do antigo regime; ou seja, a destruição das sociedades teológicas e militares defensivas e sua substituição por uma sociedade positiva, pacífica e construtiva. Muitos elementos tiveram, como têm, um papel duplo, ou até ambígüo, como no caso exemplar da ciência: ao mesmo tempo ela tem uma atividade corrosiva contra a teologia e auxilia (embora em si mesma seja insuficiente) na constituição de uma nova ordem social. Entretanto, ocorre que o processo de destruição é muito mais rápido que o de construção; da mesma forma, ao contrário de outras transições anteriores (como na passagem do politeísmo para o monoteísmo), em que o sistema anterior forneceu ativamente elementos para a constituição do posterior, da mesma forma que o novo sistema era em traços largos uma continuação do antigo, na transição moderna o novo sistema social opôs-se ao antigo e precisou constituir paulatinamente seus elementos em meio à atividade (às vezes de apoio, depois de resistência e oposição) dos elementos antigos. A dificuldade dessa transição deve-se a que, como indicamos, ela não corresponde a uma relativamente simples transição de uma organização social para uma outra com quem mantém grandes continuidades; a transição moderna corresponde de fato ao desenvolvimento humano (e, portanto, nesse sentido, mantém a grande continuidade histórica), mas as diferenças entre o novo sistema social e o antigo são tão grandes, tão pronunciadas, que uma ruptura, ou melhor, uma série de rupturas é necessária, inicialmente pequenas e secundárias, depois grandes e fundamentais: na história do Ocidente, a Revolução Francesa foi a culminação desses processos. É importante enfatizar: o novo sistema social caracteriza-se pelo humanismo, pelo relativismo, pelos conhecimentos demonstráveis, pela fraternidade universal, pela atividade pacífica e construtiva; esse conjunto de sentimentos, valores, concepções e práticas são radicalmente diferentes das vigentes antes, ou seja, são radicalmente diferentes do absolutismo sobrenaturalista, da violência, da guerra (de conquista ou de defesa), dos particularismos (nacionais, civilizacionais, religiosos, até "raciais").

No meio do caminho entre a teologia e a positividade, entre a sociedade sobrenaturalista-militar e a sociedade humanista-pacífica, temos os parâmetros e as práticas metafísicas, que, ligando os dois extremos, necessariamente compartilha aspectos desses extremos; assim, embora afirme progressivamente o humanismo e rejeite o sobrenaturalismo, a metafísica não deixa de manter-se na órbita da teologia e do seu absolutismo, especialmente porque se concentra na negação sistemática da teologia, apenas substituindo as divindades por puras abstrações personificadas e descoladas da realidade. Além disso, em sua busca sistemática pela rejeição da teologia, a metafísica mantém sempre, necessariamente, o espírito absoluto próprio à teologia[5].

[5] O que apresentamos consiste nas leis dos três estados, em número de três (cf. Augusto Comte, *Catecismo positivista ou sumária exposição da Religião da Humanidade*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1934, p. 479):

1ª Cada entendimento oferece a sucessão dos três estados, fictício, abstrato e positivo, em relação às nossas concepções quaisquer, mas com uma velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos correspondentes

2ª A atividade é primeiro conquistadora, em seguida defensiva e enfim industrial

Em seu âmbito político, a metafísica assume três características centrais para o presente caso: por um lado, ela mantém o espírito sistemático de crítica e de revolta, considerando como algo positivo e benéfico o rejeitar sistematicamente os parâmetros sociais compartilhados (e, bem vistas as coisas, como os pós-modernos e seus epígonos políticos, os identitários, demonstram, *quaisquer* parâmetros sociais); por outro lado, ela assume como permanentes soluções que só podem ser temporárias (por exemplo, a desconfiança sistemática contra o governo)[6]; por fim, como conseqüência dos dois aspectos anteriores, a metafísica política raciocina apenas em termos de exceções e rejeita regras gerais.

Nesses termos, a anarquia torna-se a regra na sociedade e impede qualquer consenso fundamental; inversamente, ela estimula a fragmentação e as disputas. O caso dos Estados Unidos é verdadeiramente exemplar. Com a exceção central da Guerra da Secessão no século XIX, a sociedade estadunidense passou a sofrer fragmentações contínuas e crescentes depois da II Guerra Mundial, em certa medida como resultado da Guerra Fria, mas também devido a processos internos, como o niilismo, a alienação e a revolta da contracultura dos *beatniks*, nos anos 1950, e dos *hippies*, nos anos 1960, demonstram; de lá para cá, as fissuras morais, intelectuais e políticas acentuaram-se cada vez mais, chegando ao paroxismo das disputas entre retrógrados teológicos e revolucionários anárquicos, todos eles identitários, ou seja, particularistas, excludentes e intolerantes.

6. Um país marcado pela anarquia sociológica

Embora os traços mais claramente divisivos dos Estados Unidos tenham-se evidenciado e desenvolvido após a II Guerra Mundial, o fato é que eles estavam presentes desde o início do país. A tão louvada colonização realizada por missionários teológicos estabeleceu um certo pluralismo teológico que só se manteve "pluralista" por impossibilidade de uma seita protestante obter a hegemonia na colônia; se o arranjo (con)federal entre as colônias permitia a liberdade, internamente a cada colônia não era rara a intolerância religiosa. É bem verdade que houve colônias fundadas com um espírito de liberdade e respeito, como a Pensilvância e Rhode Island; mas, por outro lado, as caças às bruxas em Massachussetts são uma ilustração muito clara do clima de fanatismo e intolerância em outras colônias. Assim, embora os apologistas protestantes afirmem com freqüência que a destruição promovida por Lutero e seus epígonos tenha correspondido a um aumento de liberdade e de tolerância, o que os fundamentos sociais, morais e intelectuais dos Estados Unidos sugerem, ao contrário, a partir do

---

3ª A sociabilidade é primeiro doméstica, em seguida cívica e enfim universal, segundo a natureza peculiar a cada um dos três instintos simpáticos [apego, veneração e bondade] .

[6] As soluções propostas pela metafísica em inúmeros casos são aceitáveis e mesmo necessárias; entretanto, sua necessidade limita-se ao caso específico para o qual é criada e durante o período em que o combate às instituições decadentes é necessário; passada a necessidade do combate, a solução metafísica passa de progressista para um antolho para a manutenção e o progresso sociais. Vale notar que esse papel progressista da metafísica é anterior à Revolução Francesa: o que se propôs com o espírito metafísico ou o que perpetuou a partir dele desde o final do século XVIII é ao mesmo tempo retrógrado (correspondendo a um espírito que já deveria ter sido deixado de lado) e anárquico (ao impedir ativamente, como se fosse uma virtude, a constituição de novos parâmetros sociais).

messianismo, do protestantismo e dos preconceitos raciais daí decorrentes, é intolerância, fanatismo e desprezo por quem não é da mesma "raça" ou da mesma religião. Em diversos e reveladores momentos, essas características – teológicas e metafísicas – fundiram-se, resultando em amplos movimentos sociais e políticos, com freqüência tendo literalmente por alvo outros povos: a "marcha para o Oeste" e a "doutrina do destino manifesto" resultando na ampliação do território de costa a costa e no sacrifício de índios e mexicanos; a doutrina Monroe, rejeitando o imperialismo europeu mas justificando o imperialismo estadunidense (sobre a Flórida, Cuba, Panamá e o conjunto da América Central).

As elites políticas que levaram a efeito a independência do país eram largamente emancipadas desses preconceitos; mesmo metafísicas, elas souberam ultrapassar seus limites e criar uma estrutura política e institucional que, sofrendo mudanças ao longo do tempo, conseguiu manter-se operacional durante cerca de 170 anos, embora interrompida pela fundamental e reveladora exceção da Guerra de Secessão. O republicanismo dos Pais Fundadores foi consagrado na Constituição de 1781, bem como nas primeiras Dez Emendas. Esse republicanismo, com seu aspecto antipopular, sofreu um desafio nos anos 1820 com o democratismo antielitista de Andrew Jackson: embora o impulso popular de Jackson tenha sido correto, ele inaugurou a tendência oscilante entre elites e povo – e, aliás, entre núcleos urbanos ricos, internacionalizados e seculares contra a dispersão rural ensimesmada e teológica – que conforma grande parte da política estadunidense até hoje.

Em suma: a sociedade estadunidense surgiu não como sociedade moderna ou, como quer a *metafísica* marxista, como sociedade "capitalista"; bem ao contrário, os Estados Unidos surgiram como sociedade marcada pelo espírito absoluto, por um lado sob a teologia protestante, por outro lado pela metafísica; em qualquer caso, os Estados Unidos surgiram sob o signo da anarquia social. Enquanto os Estados Unidos eram uma vasta colcha de retalhos, com populações pouco integradas entre si e o país mais ou menos distante em termos políticos da Europa, essa anarquia teve poucos efeitos amplos; mas com a integração das diversas populações integraram-se, a anarquia fundamental dos Estados Unidos converteu-se na sangrenta guerra civil. A Guerra da Secessão foi ganha pelas elites metafísicas dos litorais e não pelas elites retrógradas do interior; a diminuição da anarquia – mas não a eliminação dos seus traços fundantes – garantiu quase um século de estabilidade política nos Estados Unidos. Essa estabilidade foi rompida pelo desenvolvimento de novas metafísicas no país: muitas delas eram mais francamente autóctones (*beatniks* e *hippies*), embora com influência externa (os irracionalismos europeus surgidos após a I Guerra Mundial). Esses movimentos – que, como indicamos antes, eram niilistas, alienados e alienantes e anárquicos – serviram como caldo de cultura para o aprofundamento da anarquia fundamental dos Estados Unidos, primeiro em nome do que se considerava o progresso (destruidor) e, depois, em nome da ordem (eterna): por vezes sob influências externas (nominalmente do marxismo), os grupos de "esquerda" durante os anos 1960 e 1970 militaram contra os valores compartilhados (não por acaso, eles instituíram e consagraram a "contracultura"), em muitos momentos com grande violência, e, a partir dos anos 1980, à "direita", grupos fundamentalistas cristãos passaram a reafirmar o messianismo

cristão, com seus elementos excludentes, exclusivistas e intolerantes[7]. As tendências anárquicas da "esquerda" aprofundaram-se no identitarismo, com sua fragmentação frenética e incessante devida ao particularismo e ao exclusivismo, que tem orgulho de criticar tudo o que não é identitário e tudo o que corresponda a valores sociais compartilhados; essa anarquia estimulou e justificou o identitarismo de "direita", que, embora seja também exclusivista e intolerante, tem proposto soluções menos particularistas (embora com freqüência xenofóbicas e irreais) para as demandas dos cidadãos estadunidenses[8].

A incapacidade estadunidense de respeitar valores e regras compartilhados é um problema interno fundamental, ou melhor, fundante: é notável que durante tanto tempo suas elites tenham conseguido manter a continuidade política. Essa continuidade valeu, no fim das contas, apenas durante a Guerra Fria e, bem vistas as coisas, apenas *devido* à Guerra Fria; se, entre 1947 e 1989 os Estados Unidos mantiveram seu compromisso com o multilateralismo mesmo apesar da oscilação política própria ao liberalismo, a partir de 1989-1991 seus líderes já perderam o rumo, com o neoliberalismo de Clinton e, de maneira mais evidente, com a Guerra ao Terror de George W. Bush. Considerando o desenvolvimento da sociedade positiva, George W. Bush marca a inflexão retrógrada decisiva, passando das guerras defensivas (o compromisso fundamental dos EUA durante a Guerra Fria), próprias à política metafísica, e retornando às guerras conquistadoras, próprias à política teológica: não por acaso utilizando de maneira militante a linguagem teológica, George W. Bush invadiu o Iraque imbuído do messianismo teológico e do democratismo metafísico, em uma invasão mal e mal justificada pela doutrina das "guerras preventivas". Por seu turno, Donald Trump nem se preocupa em justificar suas ações; a invasão da Venezuela foi, pura e simplesmente, uma invasão, cujo objetivo é controlar a política e a economia do país. Para Trump, as guerras de conquista são índice de valor dos "líderes"; embora ele pessoalmente despreze considerações filosóficas, o seu entorno[9] adere fervorosamente a concepções

[7] Uma exceção notável a essas tendências anárquicas e destrutivas da direita e da esquerda dos Estados Unidos foi a ação de Martin Luther King Jr. nos anos 1960. De origem teológica, sua metafísica política era, apesar de metafísica, altamente positiva; ainda que professando valores teológicos, King Jr. foi progressista: ao combater o racismo social e institucional dos Estados Unidos, ele afirmava a possibilidade e a necessidade de integração social, rejeitando os particularismos e os exclusivismos "raciais" e religiosos. Seu assassinato por fanáticos brancos de direita em 1968 e o posterior abandono de seus valores e sua prática pela esquerda dão a medida exata, por um lado, do valor de Martin Luther King, e, por outro lado, da anarquia própria aos Estados Unidos.

[8] Vale notar que a anarquia estadunidense à direita e à esquerda é ilustrada com clareza pelas suas condutas a propósito das duas primeiras emendas à Constituição. A Primeira Emenda, que garante a liberdade de expressão (e, por extensão, a separação entre Igreja e Estado), é encarada de maneira absoluta pela esquerda; já a Segunda Emenda, que garante a cada cidadão o porte de armas, em particular contra a opressão governamental, é agressivamente defendida pela direita. Considerando esses casos, os exageros da esquerda a respeito da Primeira Emenda são mais aceitáveis que a metafísica fanática da direita no que se refere à Segunda Emenda.

[9] Nesse entorno as influências teológicas imperialistas atuais começam com o Vice-Presidente, J. D. Vance; mas em outros momentos houve a influência teológico-capitalista de Elon Musk e, há mais tempo, também a influência do doutrinador Steve Bannon. Importa insistir: embora Trump pessoal e evidentemente desconsidere questões filosóficas e morais mais amplas (ou

teológicas que estimulam e justificam esse imperialismo: não por acaso, imagens bíblicas permeiam as declarações desse governo, especialmente em termos das guerras travadas por Israel e Judá no Oriente Médio.

7. O absolutismo teológico-metafísico é incapaz de controlar e superar a anarquia internacional

Ora, apesar de os Estados Unidos serem o mais gritante exemplo de anarquia e da incapacidade de a oscilação teológico-metafísica de regular as relações sociais (incluindo aí as relações internacionais), o fato é que essa incapacidade não é exclusiva dos Estados Unidos[10]. Na medida em que a política internacional foi moldada desde 1945 pelos Estados Unidos, não há como a desvincular totalmente desse país; entretanto, assim como o ambiente internacional não é definido por um único país, o fato é que os vários países têm suas próprias autonomias e suas capacidades de ação e reflexão. A moldura internacional constituída a partir de 1945 era ao mesmo tempo um esquema mínimo e uma proposta positiva: ela permitiu regras mínimas de convivência, negociação e inclusão pacífica dos países, ao mesmo tempo em que promovia concepções de multilateralismo, respeito à autodeterminação dos povos, crescimento compartilhado, defesa mútua. Como principal propositor e defensor dessas instituições, os Estados Unidos também foram seus principais beneficiários; ainda que não tenham agido sem hipocrisia – e a América Latina e muitos outros países sabem-no com grande clareza –, não apenas os Estados Unidos não foram os únicos beneficiários como também não tiveram benefícios isentos de custos (às vezes, altos custos). Já tivemos ocasião de tratar dessas questões; o que importa indicar agora é que essa ordem internacional também, e cada vez mais, é marcada pela anarquia.

Durante a Guerra Fria, na forma do sovietismo, o marxismo foi um dos mais intensos agentes de combate à ordem internacional. Sempre de maneira ambígua, na medida em que se beneficiava do sistema (por exemplo, ao contrapor-se à China), a União Soviética de modo geral foi um agente de instabilidade internacional, promovendo sempre que possível revoltas contra as instituições. Essas revoltas eram aceitas e legitimadas pelo aspecto anti-imperialista e anticolonialista de que se revestiam e que levava os países a aceitarem o apoio soviético; assim, para os vários países envolvidos, tratava-se de autodeterminação, mas da parte da União Soviética tratava-se de sabotagem do sistema. As ações soviéticas eram devidas, por um lado, enquanto Stálin foi o governante, a traços da personalidade desse líder (em particular, sua paranóia e seu desejo de controlar tudo e todos); mas, de maneira mais ampla, eram devidas também à incompatibilidade filosófica e moral dos sistemas (a metafísica liberal de um lado, a metafísica marxista de outro lado), que no final das contas criava e

---

seja, embora ele desconsidere reflexões teológicas), o seu entorno e seus apoiadores de modo geral são teológicos, em inúmeros casos de maneira extremada e mesmo que conjuguem com a teologia outros âmbitos de interesse.

[10] Os acadêmicos de política internacional entendem a "anarquia internacional" como (1) a ausência de um poder superior aos estados nacionais (2) capaz de impor a ordem no ambiente internacional; em outras palavras, para eles a anarquia internacional consiste no fato de que o ambiente internacional não é um gigantesco espaço de política "nacional". Como temos visto, o que entendemos por anarquia não é esse conceito, embora evidentemente também seja aplicável a esse âmbito social.

mantinha a disputa própria à Guerra Fria. Depois dos eventos de 1989-1991, o liberalismo triunfante viu-se incapaz de regular as relações internacionais, instituindo o agressivo neoliberalismo que desregulou os mercados internacionais e promoveu, ao longo da década de 1990, sucessivas crises financeiras de caráter sistêmico por todo o mundo. Adicionalmente, a derrota do comunismo levou a um triunfalismo (muitas vezes com aspectos militares, como no caso específico e central do Oriente Médio) que não foi bem recebido em diversas partes do mundo e que estimulou depois reações violentas (em particular, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001).

A ação-padrão dos Estados Unidos durante a década de 1990 foi difundir a crença e a prática de que a difusão do capitalismo globalizado e das instituições liberais bastariam para regular as sociedades, ajustar as diferenças e resolver disputas e conflitos. Esse agressivo reducionismo economicista, como não poderia deixar de ser, foi insensível às particularidades nacionais, ignorando diferentes crenças e culturas, bem como diferentes problemas, demandas e conflitos; dessa forma, além de difundir problemas que não existiriam de outra maneira (as sucessivas crises financeiras internacionais), estimulou a ampliação de outros problemas, como a crucial transição dos antigos países do bloco soviético para ordens sociais republicanas e livres. Além disso, os países muçulmanos foram tratados com base em perspectivas materialistas e economicistas, de tal sorte que a miséria e o sofrimento de suas populações foram deixados de lado em favor de arranjos com seus governantes, ao mesmo tempo em que, na falta de inimigos militares identificáveis, foram eleitos como os próximos adversários dos Estados Unidos.

Como vimos, a partir do século XXI o economicismo liberal foi substituído por perspectivas teológicas em diversas partes do mundo: o Islã permaneceu teocrático, enfrentando na Palestina a violência apoiada por judeus ultraortodoxos; a Rússia resolveu sua indefinição entre o Ocidente e a Ásia por meio da retomada do seu passado imperial, sustentada por uma doutrina religiosa ultra-retrógrada, o "tradicionalismo" de Alexandre Dugin; diversos outros países do Leste Europeu passaram a emular a Rússia em termos de autoritarismo, messianismo e mesmo xenofobia a partir de critérios explícita e agressivamente teológicos. A China, por seu turno, manteve uma abordagem pragmática, sob a dura liderança política comunista em uma economia crescentemente capitalista (mas com orientação estatal); em termos militares, a China nunca rejeitou as guerras de conquista, embora pragmaticamente flutue entre o multilateralismo e as guerras de defesa. A América Latina e a Europa Ocidental mantiveram suas instituições liberais, embora sempre afirmando suas autonomias nacionais; ainda assim, há várias décadas grupos extremistas, especialmente xenofóbicos, são politicamente relevantes na Europa Ocidental.

O que se vê disso tudo é que a anarquia internacional não apenas se manteve como aumentou nas últimas décadas. Aliás, em especial com a disseminação de concepções retrógradas antigas (como os fundamentalismos cristão nos EUA, judaico em Israel, muçulmano em vários países) ou de concepções retrogradas novas (como o tradicionalismo na Rússia), a ausência de concepções compartilhadas tornou-se a regra. Os defensores dessas retrogradações afirmam com alegria, ou melhor, com raiva e ódio que apenas as suas próprias concepções são boas e corretas e que servem para pautar as condutas de seus países. Assim, no lugar de uma ordem multilateral que respeite de fato

as autonomias e as culturas nacionais, o que essas retrogradações defendem é, em alguns casos, a mera justaposição de áreas de influência exclusiva (a Grande Rússia, a América para os Estados Unidos), e, em outros casos, a eliminação de outros povos (os palestinos, na Palestina, ou a existência política autônoma da Ucrânia, em favor da Grande Rússia).

8. As soluções para esses problemas

As críticas à invasão estadunidense à Venezuela, ao seqüestro de Nicolás Maduro e ao controle imposto pelos Estados Unidos sobre o governo e a sociedade venezuelanos são necessárias mas são insuficientes; a sua contraparte corresponde à proposição de soluções. Infelizmente, a proposição de soluções não costuma encontrar terreno tão fértil quanto as críticas[11].

As críticas gozam de uma facilidade que as soluções não possuem: apesar de por vezes implicar um grande esforço intelectual, as críticas com freqüência se dão ao luxo de serem irresponsáveis, de não terem que assumir nenhuma responsabilidade prática em face dos problemas considerados. Essa irresponsabilidade prática da atividade intelectual, como sabemos, é estimulada pelo caráter destruidor próprio à metafísica, que considera que a mera destruição é suficiente. Entretanto, o ser humano não vive em meio a escombros, em particular se tais escombros são morais e intelectuais; dessa forma, mesmo quando é necessário avaliar criticamente algo, continua valendo, mais do que nunca, a máxima "só se destrói o que se substitui": no presente caso, é claro que não se trata de "substituir" o renovado imperialismo estadunidense (que tem que ser extinto, assim como todos os demais imperialismos), mas de sugerir soluções sem nos limitarmos à mera crítica.

Um outro motivo para que as soluções não sejam valorizadas é que, também com freqüência, os problemas apreciados são tão grandes e/ou estão tão fora do âmbito de ação cotidiano e/ou requerem procedimentos tão intrincados ou indiretos que pode parecer não fazer sentido sugerir soluções. No presente caso, o problema com que lidamos são as decisões tomadas por um presidente de outro país (um presidente altamente idiossincrático da maior potência atual) no sentido de invadir um terceiro país: o comum das pessoas, em particular no Brasil, têm de fato pouco ou quase nada a fazer; mas, ainda assim, isso não pode equivaler a deixarmos de sugerir soluções.

Um terceiro e último motivo para não se apresentar soluções consiste precisamente em um dos problemas com que temos que lidar: o cinismo, motivado ou não pela desesperança. Ora, obter e implementar uma solução consiste em determinar os

[11] As soluções que apresentaremos nesta seção foram delineadas por Augusto Comte em suas obras religiosas, nomeadamente o *Sistema de política positiva* (4 volumes, 1851-1854), o *Catecismo positivista* (1852) e o *Apelo aos conservadores* (1855), além de sua correspondência. No século XX elas foram aplicadas pelo apóstolo da Humanidade, o brasileiro Raimundo Teixeira Mendes, no curso da I Guerra Mundial, em uma série de opúsculos nomeados *Pela Humanidade!* (publicados em francês, sob o título *Pour l'Humanité!*); da mesma forma, também foram expostas e aplicadas no período entreguerras pelo apóstolo da Humanidade, o chileno Luís Lagarrigue, no livro *Política internacional* (também publicado em francês, com o título *Politique internationale*), de 1928. Vale notar que, devido a esse livro, Lagarrigue foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz de 1929. O livro *O momento comtiano*, publicado pela Editora da UFPR em 2019, apresenta de maneira sistemática essas concepções.

procedimentos e aplicá-los no sentido de diminuir, encerrar e/ou evitar uma situação considerada daninha para alguém ou algum grupo; com freqüência tais situações daninhas implicam tensões ou prejuízos permanentes e/ou crescentes; por fim, a solução tem que resultar em uma situação posterior que seja melhor que a anterior, em que os envolvidos permaneçam vivos em condições superiores (mais dignas, mais ricas, mais suaves), em que o arranjo social, político e moral seja mais satisfatório. Nesses termos, a solução tem que atender aos requisitos da positividade, especialmente os extremos (que deixaremos em itálico para destacá-los): *realidade*, *utilidade*, certeza, precisão, *relativismo*, *organicidade* e *simpatia*.

A solução para um problema, portanto, não é somente uma questão mecânica a ser aplicada com automatismo; ela implica uma apreciação cuidadosa da situação correspondente e a determinação dos meios apropriados, considerando a totalidade dos aspectos envolvidos. Ora, quando a Religião da Humanidade proclama que o amor está no princípio, isso não equivale apenas ou principalmente uma afirmação romântica; em estreito vínculo intelectual, filosófico e prático com a simpatia, a riqueza do "amor por princípio" equivale a dizer que o ser humano é motivado por seus sentimentos, por impulsos afetivos, e que a inteligência desempenha um papel instrumental em sua conduta; se os sentimentos são o motor de nossas ações, "nada é indiferente aos sentimentos". Também vinculado estreitamente com o amor e a simpatia, temos que o relativismo e a organicidade orientam-nos para a ultrapassagem da mera destruição, da mera crítica (que é a atitude característica da metafísica) e conduzem-nos para atitudes construtivas (buscando aplicar, sempre que possível, o "só se destrói o que se substitui") e que valorizem o ser humano.

Nesse amplo quadro, propor soluções é um imperativo moral e político; contra ele, todavia, opõe-se com freqüência o cinismo, que é uma forma intelectualmente simples da desesperança e da falta de valorização do ser humano. A dificuldade das soluções possíveis ou até o seu caráter indireto por vezes podem desestimular as ações, mas por si sós não conduzem à paralisia; mas o cinismo, motivado pela desesperança, pela falta de confiança no ser humano, mata qualquer possibilidade de ação. Quando o cinismo não mata de maneira clara a esperança no ser humano e as soluções possíveis, ele ridiculariza todas as soluções que não reproduzam os mesmos procedimentos criticados.

A primeira solução, dessa forma, consiste em afirmar de maneira clara e inequívoca a fé no ser humano, ou melhor, na Humanidade. Isso implica assumir que o ser humano pode, sim, melhorar e superar as presentes dificuldades; mas, bem mais do que isso, implica reconhecer, assumir e praticar a existência do altruísmo e seu papel central no aperfeiçoamento humano. O cinismo, disfarçando a desesperança pessimista, por definição nega precisamente não a crença no altruísmo, mas o reconhecimento de sua existência e, com isso, adota sentimentos, idéias e práticas que impedem a realização do altruísmo e que estimulam o egoísmo humano.

Lamentavelmente, ou melhor, desgraçadamente, a tradição política ocidental, desde Maquiavel, rejeita a reflexão moral e afirma que a verdadeira reflexão política exige a sua separação com respeito à moral; com isso, a moral seria o âmbito da ilusão, da falsidade e/ou da hipocrisia (sob o degradante nome de "moralismo"). Esse amoralismo na verdade é uma forma sofística de defender o imoralismo: isso

corresponde a uma forma concreta da observação de Augusto Comte segundo a qual a negação do altruísmo (e, de modo geral, da importância dos afetos altruístas e da subjetividade para o ser humano) serve simplesmente para o que o ser humano aja motivado pelo egoísmo, apenas sem reconhecer ou sem assumir. Negando o altruísmo e submetendo-se aos egoísmos, o realismo cínico, o amoralismo político reduz a vida humana ao entrechoque de particularismos, que buscam submeter uns aos outros o tempo inteiro e que apenas de maneira temporária e muito instável aceitam soluções de compromisso.

Dessa forma, embora o cinismo afirme-se "realista" em termos de teorias e de práticas, na verdade ele é irrealista, seja porque despreza um aspecto essencial da vida humana, seja porque abandona arbitrariamente um dos mais importantes e poderosos recursos à disposição do ser humano. Nada do que afirmamos nega a realidade dos interesses materiais nem, de maneira mais ampla, dos interesses egoístas: mas, com certeza, rejeitamos as concepções irracionais de que o ser humano é apenas egoísta e que esse egoísmo é suficiente – e, mais, *adequado* – para obter soluções efetivas para as disputas humanas. No presente caso, o irrealismo cínico é também irrealista na medida em que critica a invasão da Venezuela pelos Estados Unidos mas – na medida em que não confia no ser humano – nega o fundamento moral da crítica e despreza um importante recurso político para reverter essa invasão.

É importante lembrarmos que a crença na Humanidade é um dos mais importantes resultados da evolução humana, tanto no sentido da superação dos particularismos familistas, nacionalistas, classistas e civilizacionais em favor da dignidade da vida humana e do respeito da Humanidade como um todo, quanto no sentido da superação das guerras (de conquista e de defesa) em favor da atividade pacífica, não violenta, produtiva e colaborativa. Essas conquistas – que qualitativamente pertencem a toda a espécie humana, embora tenham que se difundir a todos os povos – não negam a importância dos interesses materiais e do egoísmo na vida humana, ao mesmo tempo em que estimulam e baseiam-se no relativismo e no altruísmo. O resultado disso é que o irrealismo cínico é tipicamente metafísico, ou mesmo teológico, na medida em que nega o ser humano, nega as potencialidades humanas, nega o efetivo desenvolvimento humano e considera que o respeito e a valorização desses traços é uma ilusão e/ou uma forma de o ser humano alienar-se da divindade.

A primeira solução para o grave problema da invasão estadunidense à Venezuela consiste, portanto, em afirmar e reafirmar a esperança no ser humano e em nossa efetiva possibilidade de superarmos e revertermos esse ato bárbaro.

A segunda solução consiste em reconhecermos que Donald Trump em particular e o governo dos Estados Unidos em geral estão retrogradando das guerras de defesa para as guerras de conquista: é necessário que, por meio de ações políticas e da opinião pública, essa tendência retrógrada seja revertida, retornando-se à atividade pacífica, colaborativa e construtiva. Mas essa tendência retrógrada tem que ser revertida não somente a respeito dos Estados Unidos, mas também de muitos outros países, nomeadamente a Rússia, que, sob Putin, há décadas fornece o exemplo e o modelo de invasão imperialista para Donald Trump.

Além disso, é necessário que o Ocidente – não apenas limitado aos Estados Unidos (como propagandeado durante a Guerra Fria), mas considerando o conjunto dos povos surgidos na Europa Ocidental e disseminados pelo mundo, ou seja, não apenas a Europa, mas também a América inteira e a Austrália, bem como povos que apóiam o Ocidente em tais questões, como o Japão – retome seu papel de liderança, limite e reverta a mesma tendência retrógrada em direção às guerras de conquista. Apesar das possíveis e, com freqüência, justas críticas feitas ao Ocidente acusando-o de hipocrisia, o fato é que foi no Ocidente que a transição das guerras de conquista para a atividade pacífica e construtiva ocorreu em primeiro lugar e que, portanto, o respectivo valor moral e político consolidou-se e difundiu-se. Nesse sentido, muitas das antigas críticas terceiromundistas, mesmo que sob as roupagens atuais de "Sul Global" e/ou "perspectivas descoloniais", têm que ser revistas e, em muitos aspectos importantes, deixadas de lado. A China atual, nesse sentido, oferece um modelo importante, na medida em que, até o momento, tem investido no modelo multilateralista, pacífico, colaborativo e construtivo, mantendo-se afastada do comportamento agressivo, isto é, militarista. O eventual apoio da China evidenciará que a retomada de valores pelo Ocidente não consiste – e não pode consistir – em retomada de imperialismo sob outras roupagens, mas na reafirmação de concepções pacíficas e convergentes, isto é, progressistas. O fundamental a considerar é que a verdadeira solução – isto é, a solução permanente, convergente, construtiva – é realmente a paz, não a guerra defensiva; é a paz como arranjo positivo que deixa de lado ou rejeita a guerra e os conflitos armados.

Outra conseqüência da paz e da esperança no ser humano é a reafirmação da autodeterminação dos povos e, portanto, o respeito à autonomia decisória da Venezuela; em contrapartida, a rejeição clara e inapelável da invasão de alguns países por outros mais fortes. A ultrapassagem e a rejeição das guerras de conquista e a concomitante afirmação das relações pacíficas e colaborativas implica a rejeição do direito do mais forte como princípio e como prática na política internacional; inversamente, implica o respeito à autonomia dos vários países, em particular dos mais fracos. Os assuntos internos de cada país competem a cada país. As relações mútuas entre os vários países não implica, nem pode implicar, a alienação de uns em relação aos outros, de tal maneira que há legitimidade em pressões de uns sobre os outros. Todavia, não somente essas pressões devem ser feitas às claras como devem ocorrer sempre de maneira pacífica, isto é, não violenta: pressões políticas; difusão de idéias, valores e práticas; no limite, pressões econômicas. O apoio a sublevações populares ou a golpes de Estado, a realização de invasões externas ou, mais recentemente, a manipulação de informações e/ou a disseminação de desinformação: esses procedimentos baseiam-se na violência, na obscuridade ou então violam frontalmente a fraternidade universal e, de qualquer maneira, de maneira mais central, violam frontalmente o respeito à autonomia de cada país, consistindo em intromissões (portanto indevidas) de um país sobre outro. As ações violentas de um país sobre outro, além de degradarem o ambiente internacional (estimulando acusações de hipocrisia), com freqüência resultam em instabilidade política e social e não raras vezes descambam para guerras civis, que, por sua vez, também se alastram para outros países. Assim, são considerações tanto de dignidade humana e nacional quanto de conveniência política que recomendam, ou melhor, que rejeitam as ações mútuas de caráter violento, quaisquer que sejam as justificativas dadas para tais ações.

A anarquia internacional exige medidas adicionais para ser tratada. A fraternidade universal e o respeito às autonomias nacionais são pressupostos; mas elas não se mantêm por si sós: elas precisam ser ativamente difundidas e mantidas no ambiente internacional; isso, por sua vez, requer a atuação ativa do poder espiritual positivo em âmbito internacional, a partir de suas atuações nacionais. A coordenação estritamente política dos países no sentido do multilateralismo, da cooperação pacífica e produtiva, do antimilitarismo – tudo isso, não há dúvida, é muita coisa e é necessário; ainda assim, é insuficiente, pois baseia-se apenas nos interesses materiais, que se referem diretamente ao egoísmo. A afirmação constante, clara, reiterada do altruísmo, dos interesses comuns a toda a Humanidade, seja a favor da paz, seja contra a guerra, isso é necessário e é o que legitima a ordem internacional pacífica. Bem vistas as coisas, é isso que impede a anarquia internacional em sentido sociológico-moral.

Ainda assim, medidas materiais adicionais são necessárias. O renovado imperialismo da Rússia e dos Estados Unidos evidencia com clareza que os grandes estados nacionais são próprios à guerra conquistadora e que, inversamente, os pequenos países são próprios à atividade pacífica colaborativa. A acusação habitual de que a existência muitos países pequenos seria "feudal" indica apenas que não se conhece nem, portanto, entende-se o que foi o feudalismo. A solução para a anarquia internacional sociológica, que permite os renovados imperialismos russo e estadunidense, não consiste na criação de um super-estado mundial, cuja condição para seu surgimento e sua manutenção seria o despotismo generalizado: o sucesso do multilateralismo já sugere que a solução é a diminuição do tamanho dos grandes estados nacionais, com a conseqüente multiplicação das pequenas pátrias. Por certo que o desmembramento das grandes nações tem que ocorrer de maneira pacífica, o que implica o seu gradualismo; ao mesmo tempo, os impulsos imperialistas têm que ser combatidos e revertidos. De qualquer maneira, enquanto as grandes nações territoriais mantêm sempre o impulso militarista (seja ele conquistador, como no caso da Rússia, seja ele defensivo, como de modo geral é a China e até há pouco foram os Estados Unidos), as pequenas nações têm um comportamento pacífico, seja devido às suas pequenas dimensões, seja devido à ação mais direta e intensa das condições da paz (responsabilidade pessoal e social, atuação do poder espiritual pacífico, clareza do destino compartilhado, liberdades de pensamento, expressão e associação, desvalorização das forças armadas[12]).

O último aspecto que desejamos indicar como solução é uma conseqüência do que dissemos até agora e um resumo prático disso: é um apelo pela fraternidade americana. Assim, exortamos os Estados Unidos a retirarem-se imediatamente da Venezuela, reverterem o seqüestro de Nicolás Maduro e atuarem em prol da

[12] O caso da Coréia do Norte não invalida essas considerações. Antes de mais nada, teoria abstrata sempre tem que deixar de lado as particularidades concretas: se não o fizer, não será abstrata e não terá valor como teoria.

A Coréia do Norte foi criada no rastro de uma guerra de conquista com um governo justificado por u'a metafísica agressiva e militarista, em uma sociedade com hábitos igualmente militaristas e agressivos; a partir disso tudo, a Coréia do Norte vive em um regime que controla com mão de ferro toda a sociedade, sem quaisquer liberdades e exercendo uma chantagem militarista sistemática. Dessa forma, as transições desse país, da guerra rumo à paz, do absolutismo teocrático rumo ao relativismo positivo, foram abortadas pela metafísica marxista.

estabilidade política e social venezuelana. Não apenas os vários países americanos têm muito a ganhar com isso, como os próprios Estados Unidos sairão lucrando com tais ações. A paz e a fraternidade são, por definição, mais lucrativas que a guerra – que só obtém riqueza por meio de saques e butins e, discutivelmente, por meio da indústria militar –; mas o papel de liderança, a articulação de redes colaborativas e a atuação como nós dessas redes, a promoção de valores compartilhados e compartilháveis: tudo isso integrou o portfólio de atitudes estadunidenses desde a II Guerra Mundial e fundamentou seu poderio tanto no mundo quanto nas Américas (a despeito dos graves problemas de relacionamento e das justificadas suspeitas dos países americanos em relação aos Estados Unidos).

Por certo que há muitos outros aspectos a considerar e que as soluções esboçadas acima são, de fato, apenas o começo. Por exemplo: o governo voluntarista e caprichoso de Donald Trump é o reflexo das profundas divisões da sociedade estadunidense; mesmo que esse governante saia da Presidência, o atual Vice-Presidente, J. D. Vance, compartilha muitos valores de Trump e, se não é voluntarista e caprichoso, certamente é agressivo e favorável ao unilateralismo militarista; além disso, a direita que apóia Trump é polarizada, particularista e facciosa e deixou-se seduzir por Trump. Inversamente, a esquerda estadunidense também estimula tendências socialmente centrífugas, exclusivistas e facciosas, com sua política identitária e os impulsos irracionalistas pós-modernos que alimentam essa política. O impulso anárquico metafísico da sociedade estadunidense é amplo e profundo e tem assumido um verdadeiro aspecto estrutural, ou melhor, estruturante. Essas tendências são exportadas para o resto do mundo, seja como uma tendência própria a qualquer potência, seja como projetos intencionais (como no caso dos protestantes evangélicos, que buscam ativamente "evangelizar" a América Latina, a favor do protestantismo estadunidense e contra o catolicismo latino-americano); se isso não fosse pouco, os países latino-americanos importam ativa e ansiosamente essas tendências, como se vê à direita (com ultraliberais como Javier Milei na Argentina ou Paulo Guedes no Brasil, ou com os neofascistas brasileiros, ou com os evangélicos brasileiros) e à esquerda (como se vê com os identitários brasileiros: feministas, racialistas, *queers* etc.). O esforço, portanto, não é só para reverter uma política específica, mas para influenciar uma sociedade profundamente dividida e para deixar de lado a influência negativa que ativamente recebemos desse país; mas, além disso, o deixar de lado a influência desse país não pode implicar nem o passar a sofrer a influência de outros países (como a Rússia, a China ou mesmo Israel ou Irã) nem negar, no caso brasileiro, o aspecto latino-americano *e* ocidental. Essas várias dificuldades têm seus meios específicos e seus prazos próprios para ocorrerem; não entramos aqui em detalhes a seu respeito não porque não as consideremos importantes, mas porque exigiriam reflexões adicionais que contribuiriam pouco para o que temos a dizer.

Para concluir, repetimos o título deste documento: pela fraternidade americana, contra a invasão dos Estados Unidos sobre a Venezuela!